



Ditadura Militar brasileira: A Educação como instrumento de Poder

Gabriel Saldanha Lula de Medeiros¹

Resumo: Este artigo tem como finalidade investigar a respeito do uso da educação como um instrumento político de controle e legitimação de poder durante a ditadura militar brasileira a partir de 1964. A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada no Google utilizando palavras relacionadas a cada um dos assuntos a serem abordados, além de três livros físicos. Houve o cuidado em não coletar textos que pudessem fazer apologia ao regime autoritário. Após o levantamento bibliográfico de textos produzidos por historiadores, será realizada uma discussão a fim de elucidar a questão, baseando-se na corroboração entre os dados trazidos pelos autores consultados. Conclui-se, por fim, que o regime militar utilizou a educação como instrumento político através da implementação de novas disciplinas cívicas e ufanistas, do controle da produção do material didático, da criação de licenciaturas curtas desprovidas de conhecimento científico aprofundado e do esvaziamento do conteúdo crítico das disciplinas de humanidades.

Palavras-chaves: Ditadura militar; Educação; Estudos Sociais; Moral e Cívica;

Brazilian Military dictatorship: The Education as an instrument of Power

Abstract: This article aims to investigate about the use of education as a political instrument of control and legitimization of power during the Brazilian military dictatorship from 1964. The methodology consists of a bibliographic search on Google using words related to each subject. addressed, as well as a physical book. Care was taken not to collect texts that could make an apology to the authoritarian regime. After the bibliographic survey of texts produced by historians, a discussion will be held in order to elucidate the issue, based on the corroboration between the data brought by the authors consulted. Finally, it is concluded that the military regime used education as a political instrument through the implementation of new civic and ufanist disciplines, the control of the production of didactic material, the creation of short degrees without deep scientific knowledge and the emptying of content. critic of the humanities disciplines.

Keywords: Military dictatorship; Education; Social Studies; Moral and Civism.

Introdução

Nos dias atuais, em um Brasil onde a democracia encontra-se consolidada, os debates no campo educacional trazem frequentemente a ideia de “emancipação” dos alunos. Emancipação, nesse sentido, significa uma educação voltada para o ensino crítico, onde os

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Internacional; Licenciando em História pelo Centro Universitário Internacional. Contato: gabriellula96@hotmail.com

jovens tornem-se sujeitos de seu próprio conhecimento, através de metodologias ativas em que os estudantes não permaneçam em uma posição secundária de meros receptores de informações. Uma educação emancipadora, portanto, permite o desenvolvimento de um maior senso crítico com relação à realidade, abrindo espaço para que os conteúdos cristalizados pelos livros didáticos e transmitidos pelos professores sejam passíveis de questionamentos. Para isso, é fundamental que o aluno esteja no centro do processo de ensino e aprendizagem, dando significado ao que é apreendido na escola.

Por outro lado, nem sempre a emancipação intelectual e política da população foi uma preocupação. A educação, justamente pelo seu papel emancipador, por vezes foi utilizada como um instrumento de controle e de legitimação de poder. O ensino das humanidades, por exemplo, sofreu interferência dos ideários de diferentes governos durante períodos distintos da história política brasileira.

De acordo com Cavazzani e Cunha (2017), durante o Império e a Primeira República, o ensino de história e geografia era pautado em seus paradigmas tradicionais do século XIX, buscando a construção de um Estado Nacional forte e a legitimação do poder das classes dominantes, através de uma metodologia acrítica e unicamente pautada na memorização de eventos importantes, de nomes de personagens relevantes para a história do país, considerados heróis, e muitas vezes engrandecendo a colonização europeia e os portugueses enquanto antepassados do povo brasileiro. Era a tentativa de criar um sentimento de identidade nacional, um sentimento de pertencimento que desse coesão à nação brasileira, criando uma narrativa que sustentasse a criação de um Estado Nacional forte em um Brasil recém independente. Visando aos objetivos das elites dessas épocas, alguns fatos não eram discutidos nas escolas, como a relação de sujeição entre o Brasil colônia e Portugal, e as consequências sociais da escravidão de africanos em território brasileiro.

Para os mesmos autores, durante a Era Vargas, a partir de 1930, o ensino de humanidades seguiu esse mesmo modelo tradicional, agora trazendo o culto à personalidade do próprio Getúlio Vargas, divulgando os seus feitos não só por meio da propaganda oficial do Estado, mas também das escolas. Após um golpe de Estado em 1937, onde fechou o Congresso Nacional e usou a polícia para pender opositores e cassar seus direitos políticos, o presidente buscava legitimar seu poder ditatorial. Para isso, a produção e a disseminação de livros didáticos nas escolas deveriam ser controladas pelo Ministério da Educação, não devendo estar em desacordo com as políticas educacionais do governo. Havia, portanto, censura, e novamente o ensino das humanidades seguia uma cartilha de memorização de eventos e personagens

importantes da história, de maneira acrítica e buscando fomentar um sentimento de pertencimento e engrandecimento da nação.

Sabendo que o uso da educação pautado em interesses políticos foi recorrente na história do nosso país, o presente artigo tem como objetivo investigar o seguinte questionamento: de que maneira a ditadura militar iniciada em 1964 utilizou a educação como instrumento de controle e legitimação de poder? Para atender ao objetivo proposto, será feita uma revisão bibliográfica acerca do contexto histórico da intervenção militar em 1964, bem como das mudanças no sistema educacional efetivadas pelo governo. Por fim, uma discussão baseada nesse levantamento bibliográfico buscará a elucidação da questão-problema que conduziu a escrita deste artigo.

Métodos

O presente texto consiste em um artigo de revisão que tem como objetivo a investigação de uma questão-problema. Para tal, foi feito um levantamento bibliográfico utilizando-se de textos científicos avaliados por pares e indexados, bem como artigos publicados em periódicos, trabalhos apresentados em eventos e dissertações de mestrado, além de três livros físicos. Quatro temas centrais foram pesquisados no site de buscas Google a partir de palavras que se relacionassem aos assuntos abordados. Discute-se sobre o contexto histórico da intervenção militar em 1964; sobre a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB); sobre a disciplina de Educação Moral e Cívica; e sobre o ensino das humanidades durante o regime, tal como estudos sociais.

Nota-se que nenhuma das pesquisas foi feita a partir de palavras que estivessem relacionadas ao uso da educação como instrumento de controle político e legitimação de poder, visando à maior imparcialidade possível das fontes consultadas. Ressalta-se que, para tanto, não foi selecionado nenhum texto que fizesse qualquer tipo de apologia ao regime autoritário de 1964 ou a qualquer outra forma de autoritarismo, tendo em vista o respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos.

Em uma pesquisa voltada a temáticas históricas, a comparação entre os dados contidos nas fontes consultadas é um método de análise comum entre os historiadores a fim de verificar se as informações encontradas corroboram com a historiografia já existente, assegurando que o argumento seja confiável. A seção “Discussão” conduzirá o trabalho nesse sentido. Nela,

poderá ser percebido que os dados trazidos pelos autores consultados nos “Resultados” para a construção do referencial teórico dialogam entre si, completando-se, enriquecendo as informações, o que permitirá ao autor do presente trabalho chegar a uma conclusão que vise à elucidação da questão-problema.

Dentre os autores consultados, estão os historiadores Dr. Angelo Priori, Dra. Maria do Carmo Martins, Dr. Geraldo Inácio Filho, Dra. Elza Nadai e Dra. Selva Guimarães Fonseca. Foi também utilizada uma fonte primária, um documento oficial produzido pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1984, chamado “Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus”, disponível na biblioteca digital do Portal do Domínio Público, do Ministério da Educação.

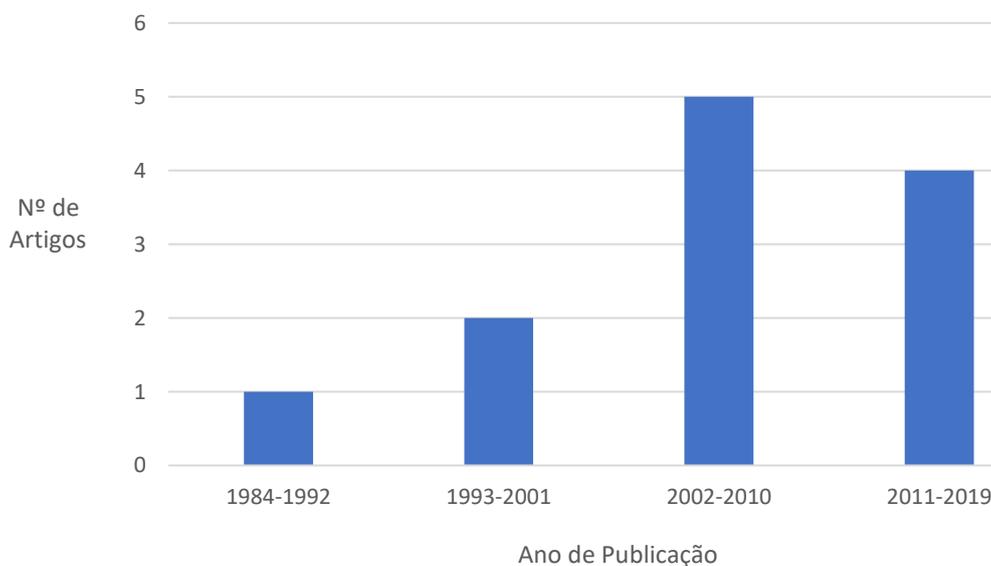
Tabela 1 – Artigos que fizeram parte do presente estudo

Autor(es)	Artigo	Periódico/Editora	Ano
ABREU, Vanessa Kern de; FILHO, Geraldo Inácio.	A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa.	Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p.125-134, dez.	2006
FONSECA, Selva Guimarães.	Caminhos da história ensinada. Campinas	Papirus, campinas – SP.	1993
MARTINS, Maria do Carmo.	Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer.	Educar em Revista, Curitiba, nº 51, p. 37-50, jan./mar.	2014
MELO, Francisco Egberto de; TOLEDO, Edilene Terezinha de.	O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB, e a resignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o regime militar	ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina/PR.	2005
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.	Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus.	MEC - Comissão Nacional de Moral e Civismo, Rio de Janeiro.	1984
NADAI, Elza.	O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva.	Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 143-162.	1993
NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado.	A ditadura militar e o ensino de história: uma relação conflituosa.	Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 6, nº 3, p. 29-39, set./dez.	2016
NUNES, Nataly.	Os processos de moralização na escola pública brasileira: estudo das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Ensino Religioso.	Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade	2012

PAVIANI, Bruno.	Educação moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971).	Estadual de Londrina, UEL. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto, UFSC, Florianópolis/SC.	2014
PERUCCHI, Luciane.	Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB.	Dissertação de mestrado em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.	2009.
PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo.	O ensino de história durante a ditadura militar.	Anais do II Encontro de Pesquisa em Educação, Maringá: UEM-DTP.	2007
VIEIRA, Cleber Santos.	História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964).	ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina/PR,.	2005

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para uma melhor visualização temporal, observe-se o gráfico a seguir.



Com relação aos artigos desta revisão, 1 foi do ano de 1984 (8,3%), 2 entre 1993 e 2001 (16,7%), 5 entre 2002-2010 (41,6%) e, 4 entre 2011-2019 (33,4%). Observou-se uma certa retração de artigos sobre a temática entre 1984 e 2001, intensificando-se a partir de 2002.

Resultados

Antes de trazermos temas voltados à educação, que é o foco deste artigo, é importante que possamos tratar acerca do momento político da época, o contexto em que a intervenção militar de 1964 estava inserida, para que as temáticas discutidas nas próximas páginas tenham maior sentido.

De acordo com Bueno (2014), o período compreendido entre 1930 e 1964 foi caracterizado, no Brasil, pelo populismo. O país deixava de ter sua economia somente voltada para a produção agrária e de matéria-prima para começar a desenvolver-se industrialmente. As forças políticas eram, basicamente, as oligarquias agrárias e a nova burguesia industrial. Com a ascensão dessa nova burguesia, que empregava camadas importantes de trabalhadores e da classe média, fazia-se necessário a inserção de demandas populares nas pautas políticas. Esta era, por outro lado, uma tática de manutenção do poder e do próprio capitalismo, uma vez que, atendidas as demandas populares, as classes trabalhadoras tenderiam a se sentir mais satisfeitas e representadas. O populismo, portanto, visava à manutenção do capitalismo e legitimação da posição burguesa nas esferas de poder político. Além de garantir as bases do desenvolvimentismo, na prática, também afastava a possível interferência do comunismo na vida política e social das massas. A ideologia desenvolvimentista, por assim dizer, trazia o ideário da justiça social junto ao desenvolvimento econômico.

Assumindo a presidência do Brasil em 1961, João Goulart foi deposto em 1964 pelo golpe militar. Durante o seu governo, buscou atender demandas populares através da tentativa de realizar o que chamou de “reformas de base”, dentre elas, a reforma agrária, que visava diminuir conflitos violentos por terras e garantir terras aos trabalhadores. Além do mais, o Estatuto do Trabalhador rural agora dava ao trabalhador do campo os mesmos direitos que os trabalhadores das cidades. Aprovou o 13º salário. Uma reforma na educação objetivava a diminuição dos índices de analfabetismo, com maiores investimentos na educação pública, além de permitir o voto dos analfabetos. Do ponto de vista político, o governo sinalizou que poderia legalizar o Partido Comunista. De acordo com Delgado (2010), essas reformas

propostas pelo governo do presidente João Goulart amedrontaram os conservadores, que passaram a temer uma “revolução social”. Havia o receito de que o governo pudesse adotar um modelo distributivo ou mesmo socialista, o que fez parte da burguesia e dos conservadores adotar uma postura crítica ao presidente e apoiar uma intervenção militar. Por outro lado, Bueno (2014) aponta que João Goulart não era comunista, como muitos ainda acreditam até hoje, e sim que seu governo era nacional-desenvolvimentista. Segundo o autor, a Doutrina de Segurança Nacional, que deu instrução ideológica aos militares intervencionistas, baseou-se na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que “precisava ser combatida”: o comunismo.

Resgatando o contexto histórico de forma mais ampla, o mundo encontrava-se em plena Guerra Fria, um conflito ideológico entre os blocos capitalista e socialista, liderados pelos EUA e pela URSS, respectivamente. Espalhou-se pelos Estados Unidos a ideia de que, em virtude das intenções expansionistas soviéticas, os americanos deveriam intervir em áreas de possível interesse comunista, resgatando sua influência e assegurando o capitalismo. O Plano Marshall e a Doutrina Trumann, por exemplo, estavam inseridas nessa lógica. A Doutrina de Segurança Nacional, de acordo com Ferreira (2012), era o arcabouço teórico e ideológico utilizado pelos americanos e seus aliados que classificava a União Soviética e a sua influência como ameaças à segurança nacional. Para o autor, havia a ideia de “Guerra Revolucionária”, onde a União Soviética supostamente estaria por trás do financiamento a grupos rebeldes para execução de golpes comunistas. Em virtude da Revolução Cubana, em 1959, muitos ficaram com medo que um processo de “cubanização” se alastrasse pelo resto da América Latina. Portanto, a Doutrina de Segurança Nacional define dois inimigos: o externo (invasão das forças armadas da URSS e de seus aliados) e o interno (grupos rebeldes supostamente financiados para realização de golpes comunistas, considerados subversivos).

Desde os tempos da Segunda Guerra, os EUA mantinham escolas militares voltadas para membros das forças armadas, onde eram formados líderes militares de acordo com as políticas externas americanas. O Brasil, assim como outros países da América Latina, mantinha programas militares de cooperação com os Estados Unidos, o que facilitava a entrada de estrangeiros nas escolas mencionadas, como é o caso da National War College (NWC). Além disso, em 1948, foi criada em terras brasileiras a Escola Superior de Guerra, tendo as instituições militares americanas como referência (FERREIRA, 2012), que se tornou a maior disseminadora da Doutrina de Segunda Nacional em nosso país.

Quando a insatisfação de parte das forças armadas encontra respaldo na insatisfação de parte da elite e da classe média com o governo de João Goulart em virtude do seu caráter populista, forma-se o arcabouço para a intervenção militar. A ditadura militar iniciada em 1964 perdurou até 1985, e tinha em sua propaganda a defesa do nacionalismo contra os subversivos comunistas. O que será trazido nas próximas páginas diz respeito às transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro durante esse período visando à inserção do ideário político militar, pautado na Doutrina de Segurança Nacional, no currículo escolar e no dia a dia das instituições educacionais, tendo como objetos de análise três disciplinas implementadas em caráter obrigatório na grade escolar, que até hoje ainda são lembradas como símbolos da educação no período autoritário em questão. São elas: Organização Social e Política do Brasil (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos Sociais, disciplina que condensou os conteúdos de humanidades, incluindo história e geografia.

Organização Social e Política do Brasil (OSPB)

Desde os tempos do Império, as classes dominantes procuram iniciativas para implementar traços de civismo e ufanismo no sistema educacional brasileiro. Para Melo e Toledo (2005), essas intenções se refletem de forma mais contundente durante os períodos autoritários, como foi o caso da era getulista e do regime militar de 1964. Através disso, busca-se construir uma cultura cívica e nacionalista usando as escolas como instrumento para legitimação de um projeto de poder, como poderemos discutir mais adiante.

No caso da disciplina de Organização Social e Política do Brasil, conhecida também por OSPB, esta já se encontrava presente no currículo educacional do país desde 1962, sob o mesmo nome, quando o governo de João Goulart, por meio de uma sugestão do jurista e educador Anísio Teixeira, implementou a disciplina em caráter “obrigatório complementar” nas escolas. Para Newton Sucupira, citado por Vieira (2005), o advento dessa nova matéria escolar tinha por objetivo fornecer uma ideia adequada da realidade sociocultural brasileira, tratando desde as instituições nacionais até o povo brasileiro em si, sua formação, seu caráter, sua fisionomia, seus costumes e traços culturais. Quanto aos aspectos políticos, os assuntos tratados abarcariam o Estado, a constituição, os três poderes da república, os direitos e deveres dos cidadãos. Usando a democracia como pano de fundo, Sucupira defendia que esta seria uma

educação voltada para a fomentação da cidadania democrática. A nova disciplina também dizia respeito a uma educação cívica, nacionalista.

No contexto da ditadura militar, a partir do controle exercido na educação com fins de educar as pessoas dentro dos princípios interessantes para o regime, a OSPB não só foi mantida no currículo, como se tornou disciplina obrigatória no ensino médio junto com o ensino profissionalizante. Melo e Toledo (2005) ressaltam que a escola havia se tornado um veículo de disseminação do ideário nacionalista e desenvolvimentista do governo, como um “sustentáculo do regime militar”. As grades curriculares das disciplinas de OSPB e Educação Moral e Cívica abarcavam conhecimentos das humanidades, como história, geografia, sociologia e filosofia, que foram ensinados de forma a dar legitimidade ao pensamento nacionalista vigente da classe dominante, bem como disseminá-lo.

No caso dos livros didáticos, de acordo com Perucchi (2009), estes apresentavam uma realidade ilusória da sociedade brasileira, especialmente após 1964, mascarando questões sociais latentes e buscando justificar as ações governamentais.

Os conteúdos de OSPB e Educação Moral e Cívica, por vezes, se confundiam, pois ambos tinham caráter nacionalista e cívico, com assuntos envolvendo as humanidades. Porém, em virtude de sua presença apenas no 2º grau, OSPB acabou não tendo a mesma relevância, uma vez que a outra figurava nos currículos obrigatórios tanto do 1º quanto do 2º grau. Por esta razão, artigos científicos são encontrados em quantidade muito maior quando se trata da Educação Moral e Cívica, além do mais, esta ainda é uma memória recorrente quando tratamos a respeito da educação durante os anos de chumbo.

Após a redemocratização, a disciplina de OSPB foi extinta apenas em 1993, durante o governo de Itamar Franco, 31 anos após a sua implementação. Apesar de seu aparo legal fazer referência a termos como “democracia” e “cidadania”, OSPB ainda é lembrada nos dias de hoje, tanto pelo senso comum quanto pelas pesquisas acadêmicas, como uma disciplina que tinha em seu pano de fundo a intenção de sustentar e propagar os ideais nacionalistas das classes dominantes, atendendo aos anseios que remontam desde os tempos do Império.

Educação Moral e Cívica (EMC)

Ainda hoje, uma das principais lembranças que se tem da educação na ditadura militar é a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), tanto por parte dos alunos quanto dos professores da época, e o motivo disso logo ficará claro.

Esta disciplina foi tornada obrigatória em todas as escolas do país pelo regime a partir do decreto 869 do ano de 1969. Como aponta Pelegrini (2011) em sua análise, este decreto trazia elementos que valorizavam não só o ensino do civismo, mas também daquilo que o governo considerava “moral”, tendo uma evidente base religiosa. O documento sugere que o ensino dessa disciplina deve estar voltado para a defesa do princípio democrático e a preservação do espírito religioso, o amor à liberdade com responsabilidade sob inspiração divina, a preservação e o fortalecimento de valores éticos, e o “culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história”. O texto legal ainda dá ênfase ao aprimoramento do caráter, com apoio à família e à comunidade, onde um dos principais objetivos da disciplina estaria na formação do cidadão para o exercício de atividades cívicas, com patriotismo e obediência às leis.

A autora aponta ainda que, apesar da disciplina de EMC ser tida como “aconfessional” em seu aparato legal, ou seja, sem comprometimento com qualquer crença religiosa, o próprio decreto trazia elementos cristãos para justificar os seus objetivos. Além do mais, o material escolar e os seus conteúdos produzidos pelo governo são, por vezes, carregados de “indícios religiosos” semelhantes aos da Igreja Católica, sendo que alguns membros organizadores da disciplina no Conselho Federal de Educação ocupavam cargos na referida instituição religiosa, como é o caso do Arcebispo Luciano José Cabral Duarte.

De acordo com Paviani (2014), os militares sabiam da importância da educação para a sustentação ou queda do governo, e passaram a controlá-la política e ideologicamente. Por esta razão, a escola agora seria a “difusora” de uma nova mentalidade que propagasse os ideais do regime por meio de uma educação baseada nos valores cívicos e morais daqueles que estavam no governo. Para o autor, a introdução de EMC significava a imposição das vontades do regime.

A princípio, os professores designados para lecionar as aulas de EMC eram os que tinham formação na área de humanidades, ou seja, professores de história e geografia. Somente após a instituição do curso de licenciatura curta em Estudos Sociais, que será discutida de forma

mais aprofundada posteriormente neste artigo, é que a disciplina teve professores com formação específica para lecioná-la.

Um documento chamado “Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus”, produzido pelo Ministério da Educação e Cultura junto a Comissão Nacional de Moral e Civismo, no ano de 1984, já ao apagar das luzes da ditadura, apresenta os objetivos da EMC, devendo esta “constituir uma preocupação básica, permanente e geral de todas as escolas do Brasil”, devendo-se garantir “a presença da Educação Moral e Cívica ao longo de toda a formação do educando, ora como disciplina, ora como prática educativa”. O objetivo geral é voltado para a “formação do caráter do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade”. Já para os objetivos específicos, apresenta “a valorização do trabalho como instrumento de autorrealização pessoal e do progresso comunitário”, e também o “desenvolvimento de hábitos e atitudes que fortaleçam os sentimentos de nacionalidade e de solidariedade humana”, além do “respeito a símbolos e instituições da pátria”. Estes objetivos também são classificados no documento como “princípios doutrinários” da disciplina de EMC.

Para o conteúdo programático, são defendidos a noção de Deus e de religião; o papel social da família do aluno; a valorização do trabalho humano; as noções de autoridade e liderança; a responsabilidade de todos na defesa da propriedade pública (que é descrita como “o bem comum”); os símbolos da Pátria; o reconhecimento da bandeira do Brasil e as atitudes que os alunos devem ter quando presenciarem seu hasteamento; e também o “ensino” do hino nacional. No que diz respeito ao ensino da moral, devem ser apresentadas noções de caráter tendo como exemplo grandes personagens da história nacional. Ainda são defendidas as criações de regras de boa conduta pelos próprios alunos como uma alusão ao respeito às leis, e aulas sobre impostos e manutenção de serviços públicos.

As informações extraídas desse documento produzido pelo órgão público mais importante da educação brasileira, o próprio Ministério da Educação, corroboram com a visão de Paviani (2014), quando este diz que o objetivo dessa disciplina estava na formação de uma geração voltada para o “exercício pátrio”, que defendesse a ideia de Brasil propagada pelo governo, sua soberania nacional e suas instituições, adotando os princípios elencados pelos militares para a tomada do poder e a sua manutenção: “uma geração liberta da subversão e da corrupção”. Essa estratégia passava, por óbvio, por um controle da educação em seus aspectos

políticos e ideológicos, por vezes assumindo mais um caráter de doutrinação do que de educação emancipadora.

Na documentação oficial que dá base legal para a instalação e a manutenção da disciplina de EMC nas escolas, os termos “democracia” e “democrático” se fazem presentes em diversas colocações, apesar do momento histórico e político vivido ser de uma ditadura. Mas existe uma intencionalidade por trás do uso desses termos em documentos oficiais, como apontam alguns autores.

De acordo com Abreu e Filho (2006), a ideia de democracia que os militares tinham era diferente da democracia liberal da qual estamos acostumados. O ideal democrático da ditadura tinha a ver com o comprometimento dos cidadãos no combate ao inimigo interno, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como maior ameaça ao Brasil e à sua soberania todos aqueles brasileiros que questionassem a filosofia político-social do regime, em especial os sujeitos que se identificavam com a esquerda política, considerados subversivos.

Para a socióloga Dra. Maria José de Rezende (2001), o regime tinha a intenção de disseminar a ideia de que se vivia democraticamente como uma tentativa de buscar legitimidade e reconhecimento. Com isso, os militares buscavam se aproximar do povo, tentando justificar que suas ações eram democráticas, pois, supostamente, estavam atendendo aos anseios da maioria da população.

Os livros didáticos de EMC traziam a ideia de que a própria instauração do regime militar em 1964 seria uma ação para preservação da democracia contra a ação dos comunistas subversivos, como aponta Nunes (2012). A autora relata que o livro didático “Educação Moral e Cívica”, lançado em 1971 pelo autor F. A. Pereira, diz que o povo brasileiro escolhe o Presidente da República a cada cinco anos, através de seus representantes legais, ou seja, os congressistas. O povo é indiretamente relacionado ao processo eleitoral que escolhia o presidente. Mas este não é o único caso apresentado. O livro “Educação Moral e Cívica na escola de 1º grau”, lançado em 1972 por E. C. Garcia, defende que o conceito de democracia nada tem a ver com eleições diretas ou indiretas, e sim com o tempo em que um político exerce o seu mandato, em um prazo estipulado, como um mandato de cinco anos. Para isso, o autor diz que somente nas ditaduras os mandatários ocupariam cargos sem tempo definido.

Percebe-se, então, que a disciplina de EMC, em seu aparato legal e em seus livros didáticos, tinha como principal objetivo a disseminação do ideário de democracia defendido pelo regime, por meio do controle ideológico do sistema educacional, a fim de legitimar as

ações do governo e assegurar a sua manutenção no poder, através de uma aproximação entre suas ações e a suposta vontade popular.

Estudos Sociais

Durante os anos de chumbo, o ensino de humanidades sofreu alterações tanto no currículo superior quanto no ensino básico. Por meio da Lei de Diretrizes e Bases de 1971, de número 5692/71, foram instituídas algumas mudanças na organização da educação básica brasileira, sendo uma delas a criação da disciplina de Estudos Sociais, que condensava as matérias de história e geografia.

Antes de tratarmos a respeito dessa disciplina em si, é importante ressaltarmos outros aspectos estruturais modificados pela legislação: agora, os quatro anos do ensino primário e do ginásio se unificavam na criação do ensino de 1º grau (atual ensino fundamental), compreendido em oito anos, antecedendo o ensino médio. Devido à crescente necessidade de mão de obra qualificada em virtude do crescimento econômico almejado pelos militares e pelo acentuado processo de urbanização, o ensino médio, compreendido como 2º grau, agora tinha uma vertente tecnicista: concluía-se o ensino médio paralelamente a um curso técnico.

No que diz respeito às disciplinas de história e geografia, estas existiam de forma independente antes da lei de 1971 e da criação da matéria de Estudos Sociais. No caso da história, esta figura na educação básica brasileira desde o século XIX, mais precisamente no ano de 1838, no Colégio Pedro II, no município do Rio de Janeiro, a partir da sexta série e, no início, enfrentando a dificuldade de não se ter um material didático de qualidade em português, como conta Nadai (1993). A criação do Instituto Histórico e Geográfico naquele mesmo ano tinha como um dos objetivos, através do ensino de história, construir e disseminar um conceito de identidade nacional, de nação brasileira, tanto que fez um concurso sobre qual seria a melhor forma de escrever a história do Brasil. Então, para Nascimento (2016), o ensino de história no Brasil começa por ter um caráter político e nacionalista, valorizando a memorização de datas e de personagens importantes, que perpassou pela construção de mitos nacionais após o advento da república em 1889, como é o caso de Tiradentes. Como defende o autor, o ensino de história por muito tempo tinha em vista apenas a legitimação de poder e de valores.

A partir da década de 1930 e em especial a partir da Segunda Guerra, os historiadores passaram a criticar a concepção da narrativa histórica tradicional, do século XIX, que era

essencialmente política e se comprometia com a construção de uma teleologia, ou seja, de uma narrativa simplificada, levando em conta apenas as ações dos grandes personagens, desconsiderando os contextos social, econômico e cultural em que os eventos narrados estavam inseridos. Por isso, a história tradicional era vista muitas vezes como um instrumento de legitimação do poder, de legitimação das posições tanto dos opressores quanto dos oprimidos (MARCZAL, 2016). Quando ocorre o advento da ditadura militar em 1964, o currículo da disciplina de história na educação básica passa a reforçar essa forma de conceber a narrativa histórica vigente no passado: com forte cunho nacionalista, ideológico, acrítico, pautado na memorização de datas e construção de mitos nacionais, disseminando uma concepção de identidade nacional que corroborasse com os anseios patrióticos dos militares que estavam no poder, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional.

No contexto do regime militar, de acordo com Piazza e Priori (2007), pessoas com maior senso crítico passaram a ser perseguidas pelo governo, como é o caso de artistas, intelectuais e estudantes. O enxugamento e a unificação das disciplinas de história e geografia em um caráter meramente descritivo e com metodologia de memorização tinham como principal finalidade o baixo desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos, o que já era uma consequência do maior controle do governo sobre a educação. Para se ter uma ideia, a produção do material didático agora, bem como a preparação do conteúdo, passa a ser de iniciativa do governo. O programa curricular trazia noções do que ensinar e de como ensinar, de forma que a capacidade de contestação e a análise crítica dos assuntos abordados fossem impossibilitadas. Os guias curriculares, conhecidos também como “verdões”, faziam parte do rígido programa curricular e orientavam os professores no desenvolvimento de suas atividades, contendo os assuntos a serem abordados e os seus objetivos. Para os referidos autores, “a história passou a servir como justificadora do sistema governamental vigente, pois terá a sua estrutura de ensino toda voltada para atender as bases ideológicas dos militares” (PLAZZA e PRIORI, 2007, p. 11).

No caso do ensino de geografia, como assinala Martins (2014), os assuntos privilegiados eram, basicamente, as memorizações a respeito das geografias física e política, e alguns assuntos voltados para a demografia. Percebe-se, portanto, o esvaziamento da análise crítica da disciplina de geografia quando se priorizam assuntos que não estão relacionados à geografia humana, vertente que tem como foco a atuação do homem na sociedade e no espaço geográfico. Ao invés disso, a vertente física é priorizada, trazendo para a sala de aula somente discussões voltadas aos aspectos naturais do espaço geográfico, como bacias hidrográficas, clima, vegetação, relevos, planícies.

Por óbvio, o momento vivido alterou também o ensino nas universidades, que agora deveria atender a necessidade de formação rápida por causa da carência de mão de obra qualificada e do crescimento econômico vertiginoso, e também para dar suporte acadêmico ao novo currículo da escola básica com a criação das licenciaturas curtas em “Estudos Sociais”. De início, nas escolas, a disciplina de Estudos Sociais era dada por docentes formados em história ou geografia, mas, posteriormente, como assinala Nascimento (2016), uma portaria do governo federal em 1976 permitia que somente os professores licenciados em Estudos Sociais pudessem ensiná-la, desqualificando, assim, os docentes de história e geografia.

O curso de licenciatura curta em Estudos Sociais tinha em média apenas um ano e meio de duração, e é alvo de muitas críticas. Para Piazza e Priori (2007), os profissionais formados nesses cursos seriam meros “proletários da educação”. Para os autores, a formação dos professores foi atacada justamente por estes serem os “detentores do saber” e a licenciatura curta atacaria a fomentação de sua capacidade de contestação, com baixa aquisição de conhecimento. Isso gerou profissionais acríticos que, por consequência, formariam alunos e cidadãos acríticos. Fica claro, portanto, que a formação crítica, emancipadora, não era um objetivo do governo. Fonseca (1993), por sua vez, vê a formação dos professores como um “treinamento generalizante e superficial”, esvaziado de instrumentos científicos.

Somente em 1986, já na redemocratização, durante o governo do presidente José Sarney, o ensino de história e geografia foi novamente separado a nível nacional, embora anos antes alguns poucos estados já tivessem políticas locais que permitissem a presença dessas disciplinas concomitante a de Estudos Sociais.

Paralelamente à introdução de Estudos Sociais no currículo das escolas, faz-se importante a observação de que as disciplinas de filosofia e sociologia foram retiradas da grade. Percebe-se, então, uma reconfiguração do ensino de humanidades nas escolas, não promovendo uma educação crítica e um ensino de história e geografia que não esteja em consonância com as questões sociais e políticas do momento, engessando o modo de ensinar e o modo de aprender. Estes acontecimentos atrelados às demais modificações introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971, além das disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) constituem as mudanças mais latentes no sistema educacional da ditadura militar brasileira. A seguir, discutiremos as consequências dessas ações bem como a intencionalidade dos militares ao promoverem o ensino acrítico das humanidades.

Discussão

As informações até agora trazidas neste texto permitem estabelecer algumas noções a respeito da educação na ditadura militar brasileira que podem orientar a construção de uma discussão que elucide a questão central deste trabalho. De princípio, percebe-se que a educação naquela época sofreu profundas transformações, tornando-se um instrumento de poder do regime a partir da disseminação das visões de mundo dos militares acerca de democracia, moral, civismo, além de terem sido enxugadas as disciplinas de humanidades a fim de impossibilitar o senso crítico tanto dos alunos quanto dos professores.

Para Martins (2014), as transformações sofridas pela educação durante a ditadura tinham a tendência de disciplinar a sociedade. Tanto é assim, que entre as estratégias do governo, estavam uma nova formação docente e a criação de novos currículos, tendo propostas editoriais e de conteúdos seguindo pautas ministeriais. Mas, de acordo com a autora, essas modificações também visavam o combate ao que os militares adeptos da Doutrina de Segurança Nacional consideravam os “inimigos internos” do Brasil: os comunistas. Os militares acreditavam desde o início que, antes da intervenção em 1964, os órgãos de representação estudantil, as universidades e o próprio Ministério da Educação eram espaços de disseminação da ideologia comunista, por vezes financiada com dinheiro público.

Visando combater o comunismo e a doutrinação da população, a educação brasileira na época da ditadura passou a conviver com a repressão e o disciplinamento (MARTINS, 2014, p. 42). O primeiro dizia respeito à supressão aos movimentos estudantis, reprimindo manifestações e reuniões, por vezes com violência. Já o segundo, refere-se ao controle político e ideológico da educação com vistas a legitimar o regime e suas ações, sendo a escola o principal espaço onde ocorreria esse disciplinamento e a divulgação do ideário militar de “democracia”, já discutido em páginas anteriores.

Em regimes autoritários, é comum que o campo da educação seja transformado para buscar legitimidade ou para disseminar a ideologia do grupo dominante. No caso da ditadura militar brasileira, essas características ficaram mais latentes a partir dos decretos e reformas que culminaram com a obrigatoriedade da disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), a instituição de Educação Moral e Cívica (EMC) e a reconfiguração do ensino das disciplinas de humanidades, dissecando história e geografia, e condensando-as em uma única disciplina de Estudos Sociais. Estes fatos, atrelados à exclusão de filosofia e sociologia, apontam para a tentativa de impedir o desenvolvimento da criticidade dos alunos, uma vez que,

para Nadai (1993), isto indicava a intenção de desenvolver indivíduos obedientes e ordeiros, que reproduzissem a ideologia dos militares, o que se torna ainda mais evidente quando as questões envolvendo moral, civismo e patriotismo são consideradas transversais, ou seja, deveriam ser tratadas em todas as disciplinas onde houvesse oportunidade.

No caso das disciplinas de OPSB e EMC, os historiadores Melo e Toledo (2005) ressaltam que estas trabalharam para a construção de uma cultura cívica nas escolas, uma vez que a instrumentalização da educação em tempos autoritários serve a “projetos de sociedade preestabelecidos pelos seus dirigentes”. Essas disciplinas também serviriam para legitimar a política desenvolvimentista adotada pelo governo, que promoveu com o milagre econômico e a acentuação do processo de urbanização. Os documentos oficiais que traçam os objetivos de OPSB e EMC expõem a necessidade de passar para os alunos a valorização de qualquer forma de trabalho humano como um conteúdo a ser discutido, fundamentando o que os autores chamam de ideologia do binômio: segurança e desenvolvimento.

Ainda no que se referente ao desenvolvimentismo, Abreu e Filho (2006) dizem que, além da educação formal nas escolas, a propaganda oficial da época também abordava questões envolvendo o potencial industrial do Brasil, que indicava uma suposta conexão da intervenção militar com a construção de um “Brasil grande”, um “Brasil potência”. Tanto a propaganda quanto a educação indicavam o papel cívico de cada cidadão dentro desse processo de desenvolvimento. Os alunos também eram vistos como futura mão de obra para o projeto econômico dos militares e, aliás, é desta lógica que surge o ensino tecnicista obrigatório. Agora, o ensino médio acontecia paralelamente à um ensino técnico profissionalizante. Todos os estudantes concluiriam o 2º grau com um diploma técnico para ingressarem no mercado de trabalho mais rapidamente.

Não só os alunos eram vistos como futura mão de obra, mas também os próprios professores, tendo em vista que o curso de licenciatura curta em Estudo Sociais, além de visar à formação rápida para a atuação no modelo de educação desejado pelo governo vigente, buscava também economia de gastos públicos, como apontam os autores ao analisarem o Parecer nº 554/72 da Comissão Especial de Educação Moral e Cívica.

Os livros didáticos das disciplinas de caráter cívico tinham em suas páginas textos que legitimavam o poder do governo militar e as suas ações, bem como disseminavam ideias e ideologias que faziam parte da visão de mundo daqueles que estavam no poder, efetivando o controle político e ideológico da educação. Para Vieira (2005), o material didático de OPSB funcionava como um suporte ao discurso governamental sobre cidadania.

Um exemplo que ilustra bem essa discussão é o livro didático “Educação moral, cívica e política”, de Ciro Ramos e Douglas Michalany, de 1971, analisado por Paviani (2014). O livro traz a ideia de que o Brasil vivia uma democracia assegurada pela constituição de 1967, que garantia os direitos fundamentais do homem. O comunismo, por outro lado, supostamente estaria tentando destruir a democracia e a independência da pátria brasileira, sendo preciso preservá-las e corrigi-las, como estava fazendo o então governo. A obra ressalta que o regime militar não operava em uma democracia plena por causa de uma ameaça comunista de tomar a administração do país e que a intervenção de 1964 serviria justamente para preservar a nossa democracia, em um processo de “regeneração” iniciado por Castello Branco. Ou seja, a intervenção, na visão sustentada, seria um contragolpe.

De acordo com Paviani (2014), existe uma clara tentativa não só de legitimar o poder dos militares, como também uma tentativa de aproximação entre as ações do governo e os anseios do povo, uma identificação, a criação de uma imagem de que as forças armadas estavam agindo para proteger a nação contra aquele que seria o inimigo comum, o comunismo. O livro ainda diz que quase todos os antecessores do regime eram comunistas ou simpatizantes do comunismo, inclusive o ex-presidente João Goulart, que antecedeu a intervenção militar. A obra vai ainda mais longe: diz que quase todos os ex-presidentes eram contra as tradições cristãs e democráticas do povo brasileiro, sendo favoráveis à constituição de um regime comunista em nosso país, tal qual a Cuba de Fidel Castro. Por outro lado, os autores não tratam a respeito da repressão e da perseguição política violenta, tratando apenas a cassação dos direitos políticos dos “subversivos” como sendo uma medida “justa”.

O civismo que permeava o currículo educacional da ditadura de forma transversal era uma das principais características do caráter doutrinador que a educação assumiu durante os anos de chumbo, mas havia uma preocupação com relação ao ensino desse conteúdo que foi descrita no texto da Lei de Diretrizes e Bases de 1971, a lei nº 5692/71. Os formuladores do referido texto legal expressaram que a importância do ensino do civismo era tão grande, que se fazia necessário ter professores capacitados e com formação específica para lecionar as disciplinas de EMC. Por outro lado, chamaram a atenção para o fato de que o civismo mal lecionado poderia surtir efeitos “contraproducentes”. Em outras palavras, havia a preocupação de que o patriotismo ensinado nas escolas pudesse surtir o efeito contrário daquilo que era desejado pelo governo: uma consciência crítica a respeito da política nacional e do próprio Brasil.

Por fim, vale ressaltar que houve uma tentativa de fomentar uma educação acrítica não apenas nas escolas, como também na academia. O governo não tinha interesse em cidadãos emancipados, que pudessem refletir acerca do momento político com maior profundidade. É nesse contexto que se cria a disciplina de Estudos Sociais, aglutinando história e geografia, excluindo sociologia e filosofia do currículo.

A história e a geografia, então, passaram a reforçar as abordagens tradicionais do século XIX, dando ênfase a metodologias de memorização e tratando os temas científicos de maneira descritiva, de modo que o senso crítico e a capacidade de contestação fossem limitados. Os assuntos que envolvessem problemáticas sociais mais profundas eram deixados de lado ou mascarados, o que privilegiava a geografia física e o ensino de temas como clima, relevo, geologia geral, bacias hidrográficas. No que se refere ao ensino da história, foram enaltecidos os temas da historiografia política tradicional, com ênfase em uma narrativa teleológica, que privilegiasse as ações dos grandes personagens brasileiros como símbolos da pátria, desconsiderando contextos mais amplos. Nesse sentido, a criação da licenciatura curta em Estudos Sociais vem para criar uma verdadeira mão de obra para lecionar nas escolas, também desprovida de senso crítico, formada em um curso que durava em média um ano e meio, tendo apenas noções superficiais dos conteúdos tratados, desvalorizando os professores das disciplinas de humanidades, uma vez que estes logo foram proibidos de lecionar. Essa mão de obra tinha como principal objetivo reproduzir os conteúdos de forma descritiva e acrítica, tal como os manuais do governo recomendavam, os conhecidos “verdões”, visando promover os ideais políticos e ideológicos dos militares.

Pode-se, portanto, considerar que a educação durante a ditadura militar foi transformada em um instrumento de controle, de disseminação de ideias e de legitimação de poder, que buscava reproduzir um modelo de sociedade desejado pelos grupos dominantes, pautada no civismo e numa concepção deturpada de democracia. Uma sociedade obediente, subserviente, acrítica, com pouca capacidade de contestação, acreditando que outros brasileiros seriam inimigos internos da própria nação e que a intervenção em 1964 seria, na realidade, uma espécie de contragolpe que buscava, ainda que por vias antidemocráticas, preservar a democracia brasileira.

Considerações finais

Após extenso levantamento bibliográfico revisado e discutido neste artigo, não há dúvidas de que a ditadura militar brasileira utilizou a educação como um instrumento político. Para responder a questão-problema que conduziu a produção deste texto, sobre como essa instrumentalização havia ocorrido, podemos considerar as reformas realizadas e a inserção de novas disciplinas ufanistas e cívicas no currículo educacional, também o controle do conteúdo e da produção de livros didáticos, a censura de materiais e a perseguição de docentes que não seguissem a “cartilha” educacional do governo, além do verdadeiro empobrecimento científico na formação dos professores das disciplinas de humanidades, que acabou por gerar um problema ainda atual, décadas após o fim do regime militar: a desvalorização salarial da classe dos professores. Em virtude da formação rápida em licenciaturas curtas, aumentou consideravelmente o número de profissionais no mercado de trabalho, transformando-se em mão de obra para o sistema educacional da ditadura. Por isso, em virtude desse aumento na quantidade de mão de obra, houve também um barateamento, uma desvalorização salarial.

Conclui-se, portanto, que a educação durante os anos de chumbo não tinha o objetivo de emancipar a população nem fornecer-lhe senso crítico. Ao contrário disso, o uso político da educação se deu por meio da transmissão de uma narrativa histórica e geográfica que buscasse legitimar o poder do governo, buscando aproximar o povo das ações governamentais por meio da tentativa da construção de um sentimento de pertencimento ao ideário de nação propagado pelas autoridades. O objetivo principal, pois, não estava na emancipação, e sim na doutrinação, na construção de uma consciência coletiva, de uma identidade nacional que atendesse aos interesses políticos dos dominantes, não somente legitimando o poder, mas também abafando pensamentos dissonantes.

Referências

ABREU, Vanessa Kern de; FILHO, Geraldo Inácio. **A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p.125-134, dez. 2006.

BUENO, Bruno Bruziguessi. **Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo.** Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, nº 1, p. 47-64, 2014.

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da. **Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Revista Tempo, UFF, v. 28, p. 123-144, 2010.

FERREIRA, Luciano Vaz. **Os preceitos da Doutrina da Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil**. FADERGS, v. 4, nº 2, ago.-dez., 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. **Introdução à historiografia: da abordagem tradicional às perspectivas pós-modernas**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MARTINS, Maria do Carmo. **Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer**. Educar em Revista, Curitiba, nº 51, p. 37-50, jan./mar., 2014.

MELO, Francisco Egberto de; TOLEDO, Edilene Terezinha de. **O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB, e a ressignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o regime militar**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina/PR, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus**. Comissão Nacional de Moral e Civismo, Rio de Janeiro, 1984.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 143-162, 1993

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **A ditadura militar e o ensino de história: uma relação conflituosa**. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 6, nº 3, p. 29-39, set./dez., 2016.

NUNES, Nataly. **Os processos de moralização na escola pública brasileira: estudo das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Ensino Religioso**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, UEL, 2012.

PAVIANI, Bruno. **Educação moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971)**. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto, UFSC, Florianópolis/SC, 2014.

PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti. **Educação moral e cívica: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense na década de 1970**. Dissertação de mestrado em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2011.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB**. Dissertação de mestrado em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2009.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. **O ensino de história durante a ditadura militar**. Anais do II Encontro de Pesquisa em Educação, Maringá: UEM-DTP, 2007.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001.

VIEIRA, Cleber Santos. **História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964)**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina/PR, 2005.

•

Como citar este artigo (Formato ABNT):

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Ditadura Militar brasileira: A Educação como instrumento de Poder. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Dezembro/2019, vol.13, n.48 SUPLEMENTO 1, p. 208-229. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 20/12/2019;

Aceito: 23/12/2019